



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCANENA

## **EDITAL**

**SILVESTRE LUCIANO GONÇALVES PEREIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena:**

Faz saber, em cumprimento do determinado art.º 56º., da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se resumem no seguinte, as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sessão ordinária de **05 de junho de 2020**, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Lúcio Coutinho Vieira, seguido de um minuto de silêncio.
- Aprovado o Voto de Louvor aos Voluntários do Concelho de Alcanena, no contexto da Pandemia da Covid-19.
- Tomado conhecimento da Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso.
- Tomado conhecimento do Relatório de Atividades de 2020 – Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena - AQUANENA, EM SA – 1.º Trimestre de 2020.
- Aprovada a Ata n.º 1/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 28/02/2020.
- Aprovada a restituição de cinquenta por cento dos valores das taxas aplicadas aos quarenta e nove utentes das Piscinas Municipais de Alcanena e Minde, constantes das tabelas anexas à informação, que realizaram o pagamento das respetivas vinhetas, no mês de março, considerando que as Piscinas Municipais encerraram a treze de março de dois mil e vinte, na sequência do Plano de Contingência COVID-19 da Câmara Municipal de Alcanena.
- Aprovado isentar o munícipe referido na informação técnica quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco/dois mil e vinte, do pagamento do serviço solicitado para deslocação ao Hospital de Abrantes para efetuar teste COVID-19, por seu familiar ter acusado positivo.
- Aprovado isentar o Município de Torres Novas do pagamento do serviço solicitado para apoio à evacuação de Lar em Pedrógão, Concelho de Torres Novas.
- Nomear a sociedade de revisores oficiais de contas “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada”, como auditor externo das contas do Município para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um.
  - Autorizar a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), atendendo aos seguintes encargos máximos, com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído:

Ano de dois mil e vinte: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos;

Ano de dois mil e vinte e um: € 12.177,00 – doze mil cento e setenta e sete euros;

Ano de dois mil e vinte e dois: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos.

- Aprovada a Proposta de que a Câmara Municipal deixe de pertencer, enquanto associada, à Associação AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, com efeitos imediatos, comunicando à respetiva Associação a decisão, conforme justificações apresentadas na referida Proposta.

- Atualização de taxas de ocupação das lojas no Mercado Municipal de Alcanena:

- 1 – Aprovar os valores a pagar pela ocupação das lojas números um, dois, três, quatro, seis, sete, oito, nove, dez, onze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, do Mercado Municipal de Alcanena, onde se incluem, também os talhos, são, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 271,55 (duzentos e setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos);

- 2 – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação da loja número cinco, do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 320,02 (trezentos e vinte euros e dois cêntimos);

- 3 – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação das lojas números doze, treze e catorze, do Mercado Municipal de Alcanena, que foram transformadas numa única loja, a ocupar, presentemente, pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 699,36 (seiscentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos);

- 4 – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação do restaurante do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 792,16 (setecentos e noventa e dois euros e dezasseis cêntimos);

- 5 – Aprovar a alteração do número um, do artigo vigésimo quarto, da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena, em consonância com o mencionado nos Pontos um a quatro anteriores, apenas no que respeita ao Mercado Municipal de Alcanena.

- Apoio a Estabelecimentos de Restauração e Bebidas - Regime Excecional para Esplanadas – Isenção de taxas até final de 2020:

- 1 - Autorizar a isenção, até ao final do ano, das taxas que revertem para o Município, previstas no número cinco, do artigo quadragésimo nono, da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município de Alcanena, no que respeita às esplanadas dos estabelecimentos de restauração e bebidas, aplicável quer às ampliações das esplanadas existentes e devidamente licenciadas, quer a novas esplanadas que vierem a ser licenciadas até ao final de dois mil e vinte;

- 2 - Que esta isenção produza efeitos desde treze de maio de dois mil e vinte, usando-se a via da ratificação prevista no artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo;

- 3 – Sempre que em algum procedimento houver necessidade de efetuar pagamentos devidos a outras entidades, os mesmos serão da responsabilidade dos requerentes.

- Aprovada a criação da Cooperativa denominada REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, e respetivos documentos que a

constituem, nomeadamente, Estatutos da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, Minuta da Escritura Pública para a constituição da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, proposta de Regulamento Interno da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete, Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económica e Financeira, processo financeiro com cabimento e compromisso e restantes mapas e Manifesto Rede Cultura.

Encontra-se assegurado o respetivo enquadramento orçamental nas Grandes Opções do Plano, na ação dois - “Participação Capital Social da Cooperativa – REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA”, no projeto 02.251 2020-5012 – “Leiria Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete”, após a aprovação da segunda revisão orçamental ao Orçamento e Grandes Opções dois mil e vinte, ocorrida na presente reunião de Câmara., sendo que, após lançamento da respetiva Revisão ao Orçamento na aplicação informática em uso no Município, deverá ser efetuado o respetivo cabimento, compromisso, juntando-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de dois mil e vinte, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa.

- Aprovado o Relatório de Gestão de dois mil e dezanove e os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezanove, do Município de Alcanena.

- Autorizar o Município de Alcanena a contratar um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao valor de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) para financiamento de investimentos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a contratar com o Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, nas condições constantes da proposta apresentada.

- Aprovada a Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte – ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes).

- Aprovada a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para dois mil e vinte, nos termos do disposto nos números quatro e cinco, do artigo vigésimo nono, da LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, e alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como do disposto na alínea a), do número dois, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, no âmbito da Descentralização Administrativa – Transferência de Competências no domínio da Educação, com a criação de oito lugares a prover por via de uma reserva de recrutamento.

- Aprovada a atribuição de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, em igualdade de circunstâncias com os demais cargos de direção em regime de comissão de serviço no Município (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos), sendo este equiparado aos mesmos.

- Reconhecer o Interesse Público Municipal do Projeto de Requalificação do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água, nas suas diversas componentes:

requalificação do estacionamento, passadiço pedonal de ligação entre o estacionamento e a Praia Fluvial e respetiva estabilização da margem do Rio Alviela com recurso a técnicas de engenharia natural e ponte pedonal suspensa, de acesso entre a Praia Fluvial e o campo de jogos na margem esquerda do Rio Alviela.

- Reconhecer o Interesse Público para as populações e economia local, do projeto de Recuperação do Cine-Teatro Rogério Venâncio, em Minde, solicitado pela Casa do Povo de Minde, para efeitos da candidatura apresentada à Medida Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, do Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte.

- Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número sete/dois mil e vinte/DPGOM – Parque Verde de Alcanena;

- Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada.

- Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento que, atendendo ao valor base de 1.233.067,66€ (um milhão duzentos e trinta e três mil e sessenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, se estima uma repartição de encargos de 100.000€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 1.207.051,72€ (um milhão, duzentos e sete mil, cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), em dois mil e vinte e um.

- Autorizar a Abertura de Concurso Público para a Empreitada número quinze/dois mil e vinte/DPGOM - Centro Escolar de Minde;

- Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada.

- Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.095.423,11€ (um milhão, noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 100.000,00€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 995.423,11€ (novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze cêntimos), em dois mil e vinte e um.

- Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número catorze/dois mil e vinte/DPGOM - Requalificação da Estrada Municipal quinhentos e treze-um entre Alcanena e Pousados.

- Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 597.638,60€ (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e oito euros e sessenta cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos:

- Ano de dois mil e vinte: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta cêntimos);

- Ano de dois mil e vinte e um: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta cêntimos).

- Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no período de 08/02/2018 a 05/04/2018.

- Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número onze/dois mil e vinte/DPGOM – Requalificação do Estádio Municipal de Alcanena;

- Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada.

- Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.234.502,50€ (um milhão duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e dois euros e cinquenta cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 381.600,00€ (trezentos e oitenta e um mil e seiscientos euros), em dois mil e vinte e de 852.902,50€ (oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e dois euros e cinquenta cêntimos), em dois mil e vinte e um.

- Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número dezassete/dois mil e vinte/DPGOM-Requalificação do Jardim das Lagoas.

- Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 440.162,77€. (quatrocentos e quarenta mil cento e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos:

- Ano de dois mil e vinte: 125.761,00€ (cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e um euros);

- Ano de dois mil e vinte e um: 314.401,77€ (trezentos e catorze mil quatrocentos e um euros e setenta e sete cêntimos).

- Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número treze/dois mil e vinte/DPGOM - Reabilitação do Edifício do Mercado Municipal de Minde.

- Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 315.880,00€ (trezentos e quinze mil, oitocentos e oitenta euros), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos:

- Ano de dois mil e vinte: 60.000,00€ (sessenta mil euros);

- Ano de dois mil e vinte e um: 255.880,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta euros).

- Aprovada a “Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor de Alcanena em área envolvente ao nó da A-1/A-23(área a sujeitar a suspensão do PDM – Plano Diretor Municipal = aproximadamente 36 hectares)” e respetiva “Proposta de Medidas Preventivas”, em conformidade com o estabelecido na alínea b) do número um, do artigo centésimo vigésimo sexto, e número um, do artigo centésimo trigésimo sétimo, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), aprovadas pela Câmara Municipal de Alcanena, nas suas reuniões de dezasseis de março e dezoito de maio, ambos de dois mil e vinte, com os seguintes fundamentos:

Na área territorial para a qual se projeta a referida Suspensão, considera-se necessário que futuras operações urbanísticas que coloquem em causa as novas opções de planeamento municipal sejam evitadas, pelo que, a Câmara Municipal procede à adoção de medidas preventivas, como regulamentos administrativos possam servir de base à gestão urbanística corrente.

A Suspensão do Plano Diretor Municipal, a que as presentes medidas preventivas dizem respeito, não se encontram sujeitas a ratificação pelo Governo nos termos do disposto número dois, do artigo nonagésimo primeiro, do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze.

Fundamenta-se e caracteriza-se a flexibilização das presentes medidas preventivas ao sujeitar as operações urbanísticas nessa área, aos condicionalismos que agora se apresentam, permitindo estabelecer o indeferimento de pretensões que coloquem em causa as opções da Revisão do Plano Municipal.

Ou seja, a aplicação destas medidas será em consonância com os trabalhos de Revisão do Plano Diretor Municipal — os quais visam promover o desenvolvimento local pela revitalização socioeconómica do Concelho de Alcanena, através da fixação enquadrada de investimento potenciador de emprego e promotor da qualidade de vida das populações.

Assim, e nestes termos:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nos terrenos integrados na área delimitada para a intervenção do procedimento de Suspensão do Plano Diretor Municipal de Alcanena, são decretadas medidas preventivas destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa o procedimento de Revisão do Plano. Considerando-se ainda que, a área onde incide a suspensão será objeto de Plano Pormenor.

- Tomado conhecimento do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição - Ano 2019.

- Tomado conhecimento da Aclaração sobre “Medidas de Apoio a Famílias e Empresas no Concelho de Alcanena” aprovadas pela Câmara na reunião de 06-04-2020, na sequência da proposta n.º 3809, datada de 01-04-2020.

- Tomado conhecimento das Medidas de Apoio a Famílias, Empresas, IPSS e Corporações de Bombeiros, no Concelho de Alcanena.

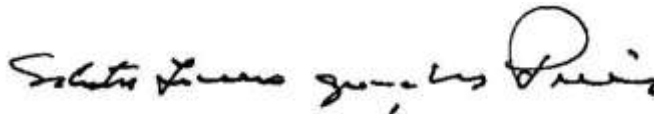
- Tomado conhecimento das Medidas de Apoio a Famílias, Empresas, IPSS e Bombeiros no Concelho de Alcanena – Isenção de Tarifas de RSU.

- Tomado conhecimento das Listagens dos Compromissos Plurianuais Assumidos, LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no Período de 07/02/2020 a 07/04/2020.

E para constar, se publica o presente edital que vai ser afixado nos lugares do estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada das deliberações, conforme art.º 56.º, da citada Lei n.º 75/2013.

Paços do Município de Alcanena, de 16 de junho de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Eng.º)